

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: [Manobra na reserva](#) 3

O Estado de S. Paulo

Título: [Governo refaz decreto que acaba com reserva](#) 9

Título: [‘Pacto verde’ 2](#) 12

Folha de S. Paulo

Título: [De olho em R\\$ 50 bilhões, governo pode conceder áreas de petróleo](#) 12

Correio Braziliense

Título: [Com recuo, extinção de reserva é mantida](#) 16

Valor Econômico

Título: [Brasil busca apoio de Pequim para retomar obra de Angra 3](#) 19

Título: [Analistas preveem tarifa maior com a privatização](#) 25

Título: [Pela normalidade, Padilha promete fazer de tudo](#) 33

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Manobra na reserva.....	3
Título: Recuperar campos antigos pode gerar investimentos de R\$ 26 bi	6
Título: China e Rússia ajudarão a concluir Angra 3	7
Título: Parecer é contra união de Liquigás e Ultragaz.....	8
Título: Curto-circuito	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	9
Título: Governo refaz decreto que acaba com reserva.....	9
Título: AGU tenta derrubar ação que suspende leilão de usinas da Cemig.....	10
Título: Ultra pode ter compra vetada	11
Título: 'Pacto verde' 2	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: De olho em R\$ 50 bilhões, governo pode conceder áreas de petróleo	12
Título: Para mineradoras, fim de reserva na Amazônia enfraquece garimpos ilegais.....	13
Título: Área técnica do Cade recomenda veto a compra da Liquigás pela Ultragaz.....	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Com recuo, extinção de reserva é mantida	16
Título: Não dá para ficar calado	18
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Brasil busca apoio de Pequim para retomar obra de Angra 3	19
Título: Temer recua e restringe mineração em reserva ambiental	21
Título: Curtas	22
Título: Destaque	22
Título: Venda da Eletrobras é proposta ufanista e ineficaz, diz Ildo Sauer.....	22
Título: Analistas preveem tarifa maior com a privatização	25
Título: Leilão de desconstrução alcançou 183 MW médios	26
Título: Petrobras põe ativos em terra à venda	28
Título: Para estruturar o IPO, estatal indica diretor financeiro para a BR	30
Título: Parecer do Cade veta venda da Liquigás para o Ultra	31
Título: Vendas de etanol deverão crescer até o fim da safra	31
Título: Pela normalidade, Padilha promete fazer de tudo	33

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Eduardo Barretto e Danielle Nogueira****Título: Manobra na reserva**

Após críticas, governo substitui decreto, mas mantém decisão de extinguir área na Amazônia.

Após a repercussão negativa, o governo substituiu o decreto publicado na semana passada, que acabava com a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca). O Palácio do Planalto publicou, em edição extra do Diário Oficial, um novo texto no qual mantém a decisão de extinguir a reserva na Amazônia e liberar a área para mineração pelo setor privado. A diferença é que o novo decreto detalha "ponto a ponto" como deve ser feita a preservação ambiental na região. O texto deixa claro que está proibida a exploração mineral nas áreas de unidades de conservação, reservas ambientais estaduais e indígenas dentro da antiga Renca. O anúncio foi feito no Palácio do Planalto, depois de o governo sofrer uma série de críticas de entidades ambientais, artistas e de se tornar notícia no mundo todo.

Localizada entre o Pará e o Amapá, a reserva de 47 mil quilômetros quadrados é maior do que a Dinamarca e equivalente à área do Espírito Santo. A região abriga nove unidades de conservação ambiental e indígena. A notícia de que ela seria liberada para o setor privado mobilizou artistas, como a modelo Gisele Bündchen, a cantora Ivete Sangalo e o ator Cauã Reymond, entre outros, que se manifestaram nas redes sociais. Segundo interlocutores do Planalto, o presidente Michel Temer ficou "incomodado" com a repercussão do decreto. Em razão disso, costurou no fim de semana, com Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente, e **Fernando Coelho Filho de Minas e Energia**, o novo texto para tentar reduzir as reclamações. O governo vem tentando rebater, desde a semana passada, as críticas ao fim da Renca.

Num primeiro momento, o Planalto divulgou nota na qual afirmava que a região "não era um paraíso" e que sofria com a exploração clandestina de ouro. Houve reações negativas da oposição e do PSDB, que integra o governo. Na última sexta-feira, o Ministério de Minas e Energia convocou uma entrevista para defender o projeto e assegurar que a fiscalização seria intensificada, embora não detalhasse como isso seria feito. Ainda no fim de semana, a pasta divulgou um texto informando que a extinção de reserva mineral era discutida há mais de seis meses. A ideia do novo decreto foi de Sarney Filho, que não participou

do primeiro texto. Temer concordou com a reedição do decreto, e, após reunião ministerial ontem, os ministros anunciaram a mudança.

O novo texto é mais longo e detalhado que o primeiro, tem onze artigos e está em uma página inteira do Diário Oficial da União. Sarney Filho admitiu que o governo temia um aumento no desmatamento na Amazônia com o decreto anterior e disse que o Executivo sentiu a necessidade de "clarificar" o texto anterior. — Agora, nós temos por lei, por norma, um rigor muito maior que existe nas próprias unidades de conservação. Nós vamos ter muita responsabilidade na região. Não vai ter desmatamento desenfreado na região. O nosso medo era que, com os movimentos nessa última semana, poderia haver o aumento do desmatamento — disse o ministro.

"NÃO VAI HAVER DESMATAMENTO DESENFREADO"

O novo decreto do governo diz que está proibido liberar a mineração dentro das áreas de preservação ambiental. O decreto ainda proíbe pessoas que desmataram ou exploraram ilegalmente a terra de terem sua situação regularizada ou receberem o direito a novas lavras. — Seria um desserviço à política ambiental se não fizéssemos um novo decreto para deixar nítido para as pessoas que esse decreto não iria afrouxar regras ambientais nem interferir nas unidades de conservação.

Com essas decisões, vamos ter responsabilidade na região e não vai acontecer um desmatamento desenfreado, conforme era nosso receio — acrescentou Sarney Filho. Para Marcello Ribeiro Lima Filho, sócio da Lima Feigelson Advogados e especialista em mineração e meio ambiente, o novo texto, porém, não altera em nada, de forma prática, o que estava previsto no decreto anterior: — A nova redação é uma reunião de situações que já estão previstas em outras normas e leis que tratam do tema, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O governo apenas deixou essas situações mais nítidas, é uma resposta à reação da opinião pública. Mas, na prática, nada muda.

FALTA DE DEBATE COM A SOCIEDADE

A falta do debate com a sociedade antes da publicação do decreto é a crítica de Rodrigo Medeiros, vice-presidente da ONG Conservação Internacional Brasil. Para ele, o governo deveria ter convocado audiências públicas e levado a questão ao Congresso por meio de projeto de lei. — Esse recuo do governo (a revogação do decreto e a apresentação de uma nova redação) é uma forma de lidar com a questão como se fosse um mero problema de comunicação. Mas não é uma questão de comunicação. Tampouco uma questão de escala (argumento de que menos de 30% da área serão destinadas à mineração) —

afirmou Medeiros. — O foco da discussão deve ser que tipo de aproveitamento econômico queremos dessa região. Não estamos fazendo escolhas. Da forma como está sendo feito, o jogo já está definido. No novo decreto, o governo considera que é necessário "melhor explicar" o que é a Renca. Deixa claro que é proibido autorizar pesquisa mineral, concessão de lavra, permissão de lavra garimpeira, licenciamento e qualquer outro tipo de direito de exploração mineral nas áreas indígenas e de preservação ambiental.

Além disso, o governo criou o "Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca", composto por representantes da Casa Civil, dos ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Justiça, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, da Funai e da recém-criada Agência Nacional de Mineração. — Para que não fique nenhuma dúvida do nosso compromisso em não poder acessar nenhuma reserva, seja ela ambiental ou indígena, sairá novo decreto colocando ponto a ponto de como deverá ser agora após a extinção da reserva mineral — afirmou o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**.

"A GENTE SUBESTIMOU A OPINIÃO PÚBLICA"

O presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), Luís Maurício Azevedo, avalia que o governo e a indústria subestimaram a reação da opinião pública. Ele defende a liberação da atividade mineral na Renca, pois seria uma forma de inibir o garimpo ilegal que se instalou na região e de aproveitamento econômico dos recursos. — A gente subestimou a opinião pública em razão do fato de que a Renca já tinha várias unidades de conservação. O que o decreto fez (tanto a versão original como a nova) foi simplesmente retirar a exclusividade do CPRM (órgão do governo) de fazer pesquisa na área. Essa reserva foi criada com o objetivo de explorar o potencial mineral da região. Então, fazer pesquisa mineral lá não é uma novidade — afirma Azevedo.

A Renca foi criada em 1984, ainda durante a ditadura militar, e estava restrita à atividade de pesquisa realizada pelo governo. Mas os estudos pouco andaram, apesar do potencial da reserva. A área é rica, sobretudo, em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais. O governo viu na abertura da área para empresas privadas uma forma de atrair investimentos e dinamizar a economia. Estima-se que de 15% a 30% da área terão permissão para pesquisa e exploração mineral, uma vez que o restante do território é coberto por unidades de conservação. O temor dos ambientalistas é que a exploração de minério em regiões próximas às terras indígenas e às áreas de proteção integral e uso sustentável dentro da Renca provoque degradação na floresta e nos cursos d'água. Existem nove unidades de conservação na Renca, sendo duas terras indígenas e três unidades de proteção integral, onde a

mineração é proibida. As demais são unidades de uso sustentável, ou seja, a liberação ou não para se explorar minérios depende de seu plano de manejo, que, necessariamente, só é aprovado após convocação de audiências públicas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Recuperar campos antigos pode gerar investimentos de R\$ 26 bi

Para estimular empresas, ANP deve reduzir royalties sobre produção adicional.

O uso de tecnologias avançadas para recuperar a produção de petróleo em campos antigos, que estão em declínio natural, na Bacia de Campos, pode gerar investimentos significativos e aumentar as reservas a curto prazo. De acordo com cálculos da Agência Nacional do Petróleo (ANP), cada 1% a mais no fator de recuperação — que mede quanto é possível extrair do reservatório — nos campos antigos, em operação há quase 40 anos, pode gerar investimentos de R\$ 26 bilhões, o que resultaria em um aumento das reservas de um bilhão de barris de óleo equivalente (incluindo gás natural). A estimativa é que esse volume adicional de reservas ao serem produzidas gerem R\$ 16 bilhões em royalties ao longo dos anos.

A queda na produção de petróleo no pós-sal, em torno de 30% nos últimos cinco anos, levou a ANP a decidir publicar, até dezembro, uma resolução que visa a estimular investimentos de petroleiras na revitalização. A resolução prevê uma redução no pagamento de royalties, que passariam de 10% para 5% sobre o volume de petróleo adicional produzido como resultado dos investimentos em recuperação da produção. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, destacou a importância de estimular essa recuperação gerando investimentos a curto prazo. — Esse petróleo já está lá, não precisa descobrir. Com mais investimentos e mais tecnologias, aumentarão as reservas — disse Oddone.

EM TODO O PAÍS, MONTANTE DE R\$ 56,7 BI

O diretor-geral da ANP estima que, em todo o país, cada 1% de fator de recuperação pode resultar em um aumento nas reservas da ordem de 2,2 bilhões de barris de petróleo equivalente, gerando investimentos de R\$ 56,7 bilhões. Essas reservas adicionais vão gerar royalties da ordem de R\$ 34,6 bilhões. Só nos campos de petróleo localizados em terra, cada 1% a mais de recuperação permitiria aumento de 200 milhões de barris de reservas de petróleo, investimentos de R\$ 5 bilhões e receita futura de royalties de R\$ 3,3 bilhões.

Atualmente, o fator de recuperação na Bacia de Campos é de 24%, levemente acima da média do país, que está em 21%. A comparação internacional indica que há espaço para aumentar esse percentual. Em outros países, que adotam tecnologias mais avançadas, o índice chega a 50%. O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, afirmou que revitalizar os campos maduros é uma das prioridades da nova política do setor, aprovada recentemente: Nosso fator de recuperação é muito baixo, da ordem de 21%, enquanto há países em que chega a 60%. Queremos identificar qual o potencial petrolífero desses campos, que estão em áreas que já têm infraestrutura.

José Firmo, presidente da Abespetro, que reúne as empresas prestadoras de serviços, destacou que é natural em outros países a saída das petroleiras de grande porte dos campos cuja produção entra em declínio, que passam a ser explorados por companhia de médio porte. — É absolutamente comum em bacias maduras as grandes petroleiras saírem e entrarem empresas especializadas em recuperar a produção desses campos. A revitalização vai gerar mais investimentos e empregos — afirmou.

A Petrobras já colocou à venda vários campos antigos, incluindo alguns históricos, como o de Guaricema, no litoral de Sergipe — a primeira descoberta de petróleo no mar, em 1968. A estatal tem concentrado investimentos no desenvolvimento de campos do pré-sal. Em Macaé, a prefeitura lançou a campanha "Menos royalties, mais empregos" a favor da revitalização da Bacia de Campos. E estima que, com isso, será possível gerar 20 mil empregos na região.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: China e Rússia ajudarão a concluir Angra 3

Eletronuclear vai assinar memorando de entendimento com estatais dos dois países.

A Eletronuclear, empresa de energia nuclear controlada pela Eletrobras, vai assinar na sexta-feira com a China National Nuclear Corporation (CNNC) um memorando de entendimentos para concluir a construção da usina nuclear de Angra 3. A obra foi paralisada em 2015, após a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, revelar um escândalo de propina na estatal. Em outubro, o governo também vai assinar um acordo semelhante com a estatal russa Rosatom. Para concluir Angra 3, o novo sócio terá de investir R\$ 13 bilhões. Esse memorando assinado com os chineses é mais específico que os outros dois já assinados com a CNNC. Desta vez, o acordo prevê a conclusão da usina de Angra 3. Mas é só

um memorando. Até lá, o caminho ainda é longo — disse uma fonte que não quis ser identificada.

Em outubro, será a vez da Rosatom. Em uma primeira fase, a ideia é sentar com as duas companhias separadamente, já que ambas estão dispostas a investir no Brasil. Mas nada impede, disse essa fonte, que as duas empresas atuem juntas. — Os dois países já têm relacionamento no setor. A Rússia tem quatro projetos de usinas nucleares na China, das quais duas já estão praticamente entrando em operação. Então, as duas juntas são uma possibilidade — destacou essa fonte.

O governo vem tentando uma série de conversas com países produtores de energia nuclear, a fim de concluir Angra 3. A Coreia do Sul, segundo essa fonte, não mostrou interesse. Já a França manifestou interesse apenas em prestar consultoria, o que não agradou ao Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento

Título: Parecer é contra união de Liquigás e Ultragaz

Superintendência do Cade vê monopólio na distribuição de GLP.

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou ontem a reprovação da compra da Liquigás Distribuidora, subsidiária da Petrobras, pela Ultragaz. A operação agora tem de ser analisada pelo tribunal do Cade, que chegará a uma decisão definitiva.

Segundo o parecer, a operação pode afetar os mercados de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de distribuição de GLP a granel, que atende, principalmente, a clientes comerciais e industriais, além de gerar monopólio no mercado de distribuição de GLP propelente, usado pela indústria de aerossóis.

CONCORRENTES SEM FORÇA

O órgão ressaltou que o setor já é bastante concentrado e domina a distribuição de um insumo essencial. "A operação significaria a eliminação de um concorrente relevante em um mercado onde as quatro maiores empresas respondem por mais de 85% de toda a oferta"? afirma o texto, que ainda aponta "elevadas barreiras" à entrada de concorrentes.

A análise constatou também que as distribuidoras regionais não têm capacidade para enfrentar o elevado poder de mercado detido por Liquigás e Ultragaz.

O parecer avalia, ainda, que há fatores estruturais "que incentivariam práticas coordenadas" citando investigações em curso e condenações do Cade no segmento de gás. E argumenta que uma possível venda de ativos, a fim de aprovar a operação, seria difícil de implementar e monitorar. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Curto-circuito

O leilão da Hidrelétrica de São Simão, da Cemig, mexe com os nervos mineiros. Na semana passada, representantes de empresas italianas e chinesas foram recebidos com hostilidade na usina por uma centena de manifestantes. Os italianos foram impedidos de sair da hidrelétrica por mais de uma hora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Carla Araújo / Idiana Tomazelli / Tânia Monteiro

Título: Governo refaz decreto que acaba com reserva

Diante de repercussão negativa, Temer assina novo texto em que explicita proibição de mineração em área protegida; para ambientalista, mudança é inócua.

Diante da repercussão negativa do decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), o presidente Michel Temer revogou o decreto ontem e editou nova medida – que sairá no Diário Oficial de hoje – para “melhor explicar” o fim da Renca. O decreto mantém a extinção, mas entre os poucos pontos alterados prevê um Comitê Interministerial de Acompanhamento das Áreas Ambientais. O novo texto regulamenta o início de processos administrativos para o cancelamento dos títulos concedidos e indeferimento de concessão de novos títulos de direito minerário requeridos entre a criação e a extinção da Renca. E prevê explicitamente a proibição da concessão de títulos de direito minerário a pessoa que comprovadamente tenha participado de exploração ilegal na área da extinta Renca.

“A proibição se aplica aos sócios, aos controladores dos sócios e às pessoas naturais que compõem, direta ou indiretamente, as empresas do mesmo grupo econômico da pessoa jurídica solicitante”, explica. O texto ainda determina que caberá à Agência Nacional de Mineração, nas áreas da extinta Renca, a autorização para a transferência do título de direito minerário, que somente será autorizada após decorrido o prazo de dois anos, “contados da data de

expedição do título”. “Esse novo decreto revoga o anterior, ao mesmo tempo em que clarifica as questões”, disse mais cedo o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Ao lado dele, **Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia**, destacou que a ideia é desmistificar notícias de favorecimento a investidores internacionais. “A interpretação que se deu ao fim dessa reserva era de que a Amazônia estava liberada.

Um equívoco”, completou Sarney Filho. Crítica. Para Maurício Voivodic, diretor executivo da WWFBrazil, explicitar a proibição de mineração em áreas protegidas não traz avanços. “Isso já estava na lei”. Segundo ele, a principal preocupação é com os impactos ambientais indiretos, pois as Unidades de Conservação e as terras indígenas sobrepostas à Renca têm grande quantidade de minério. “Isso pode levar a uma pressão no Congresso para legalização futura da mineração nessas áreas.” Para ele, ao revogar o decreto e lançar outro, com participação do Ministério do Meio Ambiente, “o governo mostra que a forma como tudo foi feito estava equivocada”, pois o debate não foi aberto. “Continuaram legislando por decreto.” / COLABOROU FÁBIO DE CASTRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Rafael Moraes Moura / Breno Pires

Título: AGU tenta derrubar ação que suspende leilão de usinas da Cemig

Leilão está previsto para dia 27 de setembro; decisão liminar envolve ação popular contra a União e à Aneel.

Em uma nova ofensiva jurídica, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou ontem com um pedido no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que seja derrubada a decisão do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) que suspendeu o leilão das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande, da Cemig, estatal energética de Minas Gerais.

O leilão estava previsto para ocorrer no dia 27 de setembro. A briga judicial da Cemig com a União, envolvendo a concessão das quatro usinas, está no centro do debate sobre o cumprimento da meta fiscal deste ano. A equipe econômica incluiu nas contas de 2017 a previsão de arrecadação de R\$ 11 bilhões com a venda das usinas.

A decisão liminar do desembargador do TRF-1 foi feita no âmbito de uma ação popular ajuizada pelo advogado Guilherme da Cunha contra a União Federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo o advogado, a previsão de arrecadar R\$ 11 bilhões com o leilão "ignora a indenização devida à Cemig" e "desvaloriza o patrimônio da União".

Tendo como referência balanços da Cemig e indexadores monetários, o autor da ação alega que o valor devido à Cemig alcançaria os R\$ 18 bilhões. De acordo com a Advocacia- Geral da União, a indenização efetivamente devida à Cemig está na faixa de R\$ 1 bilhão. "Os cálculos apresentados pelo autor não possuem nenhum amparo legal nem substrato documental que os acompanhem", argumenta a AGU.

Segundo o órgão, o autor substituiu toda a forma de cálculo das indenizações pela análise rasa dos balanços publicados pela Cemig, aplicando índices de correção monetária sobre os números publicados do ativo da companhia em seus balancetes. Investidores.

De acordo com a AGU, a decisão do desembargador do TRF-1 pode afastar investidores que já manifestaram interesse em participar do leilão das usinas, além de retirar da União a possibilidade de arrecadar pelo menos R\$ 11 bilhões, o que levará à redução de despesas e investimentos, prejudicando a prestação de serviços públicos essenciais.

Segundo a AGU, a Cemig preferiu judicializar a questão na expectativa de que pudesse seguir operando as usinas em bases contratuais antigas. A AGU alega que as quatro usinas devem ser licitadas, já que os contratos estão vencidos e o pleito da Cemig não foi acolhido definitivamente pela Justiça. A operação se transformou numa batalha nos campos fiscal, político e jurídico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ultra pode ter compra vetada

A superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou ao tribunal do órgão a reprovação da compra da Liqueigás, controlada pela Petrobrás, pela Ultragas, do grupo Ultra. A operação foi anunciada em junho por R\$ 2,8 bilhões. A palavra final será dada pelo tribunal do Cade, que tem prazo até dezembro para o julgamento, podendo ser prorrogado por mais três meses.

Se a operação for reprovada pelo conselho, será o terceiro negócio barrado este ano – o Cade já negou as compras da Estácio pela Kroton e da Alesat pela Ipiranga. O parecer da superintendência destaca que a operação funde as duas principais distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás de cozinha.

"A operação significaria a eliminação de um concorrente relevante em um mercado onde as quatro maiores empresas respondem por mais de 85% de

toda a oferta", afirma. Ainda segundo o parecer, a operação geraria sobreposições elevadas na maioria dos Estados e ainda criaria um monopólio no mercado de distribuição de GLP propelente, utilizado em aerossóis.

A superintendência identificou a impossibilidade de negociar restrições. "Dessa forma, a superintendência- geral concluiu que a reprovação da operação é a medida mais adequada para o caso", diz o parecer. Procurado, o Grupo Ultra não se manifestou.

A Petrobrás afirmou em nota que a estatal e a Ultragaz "acreditam que há iniciativas capazes de solucionar as preocupações concorrenciais levantadas (...) e continuarão colaborando com o Cade, com vistas a obter a aprovação da operação." / L.R.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / Direto da Fonte

Autor: Sonia Racy

Título: 'Pacto verde' 2

Feliz com a decisão de Temer de revogar, ontem, o decreto ambiental sobre a Renca – área de reserva de cobre entre Pará e Amapá –, Ricardo Tripoli ainda se preocupa. “Só espero que não apresentem outro projeto na correria, sem fazer audiência pública”, disse à coluna. O tucano, que já havia proposto antes essa audiência, quer no debate as comissões de Meio Ambiente e Minas e Energia do Congresso

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: De olho em R\$ 50 bilhões, governo pode conceder áreas de petróleo

Para fazer caixa, o governo estuda conceder para a iniciativa privada o direito de exploração de até 7 bilhões de barris de petróleo e gás em blocos vizinhos àqueles hoje em produção pela Petrobras.

A medida deverá trazer mais R\$ 50 bilhões ao caixa da União no próximo ano. A equipe econômica e o **Ministério de Minas e Energia** preveem que a decisão seja tomada com a privatização da Eletrobras, que deve movimentar R\$ 13 bilhões.

As duas iniciativas estão entre as principais apostas do governo para cumprir a meta de deficit de R\$ 159 bilhões do próximo ano. Nenhuma delas está prevista

no Orçamento e, segundo técnicos que participam dos estudos, existem outras em análise.

Inicialmente, o governo pensou em ampliar o contrato firmado em 2010 com a Petrobras. Por ele, a União decidiu autorizar a estatal a explorar diversos blocos no pré-sal, limitando-se a 5 bilhões de barris de óleo e gás por ano e assumindo custos e riscos de produção –modelo conhecido como cessão onerosa.

Mas, diante da reestruturação por que passa a Petrobras, dificilmente haverá uma renegociação do contrato. Por isso, a equipe econômica e os técnicos de Minas e Energia trabalham em um novo modelo de concessão para blocos vizinhos àqueles já em exploração. São eles: Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, Sul de Guará, Entorno de Iara e Peroba.

Segundo técnicos do **Ministério de Minas e Energia**, nessa área já está comprovado que existe muito mais petróleo do que se imaginava. Por isso, o governo agora quer liberar a exploração.

Não está completamente descartada a revisão do contrato de cessão onerosa. Isso porque, União e Petrobras discutem o acerto de contas devido à variação drástica do preço do petróleo desde 2010.

As duas partes estão perto de um entendimento.

PRIVATIZAÇÃO

As conversas sobre o modelo de venda da participação da União na Eletrobras também avançaram. Neste momento, está em avaliação a forma como seria feita a operação financeira que levará à diluição da participação federal na estatal e como suas ações serão convertidas em uma "super-ação", que dará poderes de veto em assuntos estratégicos.

Outra questão a ser superada é jurídica. A lei que criou a Eletrobras como estatal determina que a União acompanhe qualquer movimento de capitalização da companhia. Mas a lei que define o programa de desestatização afirma o contrário. A AGU (Advocacia-Geral da União) está estudando o caso e ainda não se posicionou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Para mineradoras, fim de reserva na Amazônia enfraquece garimpos ilegais

A mudança na legislação sobre a Renca (Reserva do Cobre e Associados) vai fazer com que a mineração que acontece lá de forma clandestina seja incorporada à controlada, dentro da lei, dizem representantes desse setor. Na segunda (28), o governo mudou o decreto para tornar mais claros os limites de atuação das mineradoras.

O argumento de defesa das associações do setor é que, caso uma empresa, de fato, tenha uma mina no local, ela se responsabilizará pela preservação da área, o que a obrigará a tirar garimpos ilegais.

"A região onde se situava a reserva está com sua biodiversidade em risco, atacada há anos pela mineração ilegal, esta, sim, poluidora e destrutiva", escreveu o Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), em uma nota. O que o governo permitiu, por enquanto, foi a exploração — nesse setor, isso significa fazer pesquisas de solo para descobrir qual o potencial mineral da região.

"Não sabemos se lá tem minério de qualidade para o local", diz Paulo Henrique Soares, diretor do Ibram.

Nessa fase, a liberação deverá suscitar cinco pesquisas, com investimento previsto de US\$ 3 milhões cada um, afirma Luiz Azevedo, presidente da ABPM (associação das empresas de pesquisa mineral).

"Por enquanto, só existe aval para a exploração que vai gerar informações. A partir disso, então, poderá haver investimentos por parte de grandes empresas."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Área técnica do Cade recomenda veto a compra da Liquigás pela Ultragaz

A área técnica do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) recomendou, em relatório, a rejeição da compra da Liquigás, empresa de gás de botijão da Petrobras, pelo grupo Ultra.

Anunciada em novembro de 2016, com o valor de R\$ 2,8 bilhões, a operação é uma das maiores já concluídas dentro do programa de venda de ativos da Petrobras, que pretende arrecadar US\$ 21 bilhões até o final de 2018.

Com o negócio, o grupo Ultra fundiria as operações da Ultragaz com a da subsidiária da Petrobras. Juntas, elas detinham 43,2% das vendas nacionais de GLP (o gás de cozinha) no ano passado.

Para a área técnica do Cade "a presente operação acarreta aumento da probabilidade de exercício coordenado de poder de mercado tanto no segmento de GLP envasado (onde há diversas investigações e condenações por cartel), como também no mercado a granel".

O relatório conclui que, no mercado de GLP envasado, haveria efeitos em todos os Estados onde as empresas atuam, à exceção do Tocantins. Já no mercado a granel, as exceções são Tocantins e Amazonas.

O documento diz ainda que há elevadas barreiras à entrada de novos competidores no mercado, além de dificuldades de acesso ao combustível com a Petrobras e vantagens exclusivas detidas pelas empresas já consolidadas. Além disso, o relatório afirma que distribuidoras regionais, quando existem, "não possuem capacidade para contestar o elevado poder de mercado detido por Liquigás e Ultragaz".

Para o órgão da autoridade regulatória, "não há pacote de remédios que enderece de forma adequada todas as preocupações identificadas", nem mesmo a venda de parte dos ativos. As quatro maiores empresas dominam 85% das vendas de GLP.

O relatório será analisado pelo plenário do Cade, que tem palavra final sobre a venda.

MULTA

Se acatado, será o segundo revés do grupo Ultra no órgão neste ano. No início de agosto, o Cade rejeitou a compra da distribuidora de combustíveis Ale pela Ipiranga, braço do Ultra no segmento.

O negócio, de R\$ 2,2 bilhões, consolidaria a Ipiranga na segunda posição do mercado de combustíveis, atrás da BR Distribuidora.

Agora, porém, o grupo Ultra deve apresentar nova proposta ao Cade, já que o contrato da operação prevê multa de 10% do valor do negócio caso não seja concluído.

Assim, o mercado espera uma proposta agressiva de venda de ativos, o que não ocorreu no caso da Ale.

Caso a operação seja mesmo vetada, a Petrobras terá que reiniciar o processo de venda da Liquigás, desta vez com poucas chances de contar com as três grandes concorrentes, Ultra, Nacional Gas Butano e Supergasbrás como possíveis interessadas.

Em nota, Petrobras e Ultragaz dizem acreditar que "há iniciativas capazes de solucionar as preocupações levantadas e continuarão colaborando com o Cade, com vistas a obter a aprovação da operação."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Com recuo, extinção de reserva é mantida

Após a repercussão negativa nacional e internacional com o Decreto nº 1.942, publicado em 22 de agosto, extinguindo a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca) e liberando a área para exploração mineral, o presidente Michel Temer recuou, mas em parte. Ontem, no meio de uma reunião ministerial, ele mandou os ministros José Sarney Filho (Meio Ambiente) e **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** anunciarem, de forma inesperada, a publicação de um novo decreto, revogando o anterior. A medida, no entanto, manteve a extinção da Renca. Se a ideia era acabar com as críticas, o tiro saiu pela culatra.

A reserva é uma área de proteção de 46,5 mil km² entre os estados do Pará e do Amapá, criada em 1984. A pesquisa mineral nessa região era feita exclusivamente pela Companhia Brasileira de Recursos Minerais ou por empresas autorizadas pela estatal. Além do cobre, os estudos geológicos na área apontam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios, gerando interesse internacional. O novo decreto foi publicado ontem, em edição extra do Diário Oficial da União.

O novo texto detalhou as medidas de preservação do Meio Ambiente, já que o primeiro tinha sido feito pelo MME. Sarney Filho garantiu que a medida proíbe qualquer tipo de extração mineral nos lugares da reserva indígena ou de preservação ambiental. A exceção ocorrerá apenas para planos de manejo. O ministro Fernando Coelho Filho informou que o novo decreto "vai esclarecer ponto a ponto a extinção da reserva, de forma a preservar as terras indígenas e de conservação existentes na região e impedir exploração ilegal na área".

O ministro do Meio Ambiente justificou que a revogação do decreto anterior foi tomada porque houve uma "confusão generalizada", com diferentes

interpretações sobre o que seria extinto na reserva. “Foi entendido pela maioria da sociedade que estávamos afrouxando as regras contra o desmatamento, que estaríamos abandonando a Amazônia. Isso não corresponde à realidade, pelo contrário”, disse ele, citando dados de redução do desmatamento neste ano.

Críticas

Para especialistas, no entanto, ao manter a extinção da Renca, a medida ainda gera dúvidas sobre a preservação ambiental, além de mostrar que há falta de comunicação dentro do governo. “O recuo no decreto deu a impressão que os ministérios não conversam entre si e levantou ainda mais suspeitas de favorecimento”, destacou o engenheiro agrônomo Emerson Oliveira, coordenador de Ciência e Informação da Fundação Grupo Boticário de proteção à Natureza.

Oliveira lembrou que o primeiro decreto era muito genérico e não dava garantias de que as unidades de preservação e as áreas indígenas seriam protegidas. O engenheiro destacou que os grandes conglomerados terão mais capacidade e recursos para entrar em uma grande concorrência a fim de explorar mineral naquela região, que é bastante remota. “Quando começarem a retirada do minério, será necessário abrir estradas para acessar as áreas dentro da reserva. Com isso, o impacto ambiental será inevitável e significativo”, lamentou.

As críticas ganharam as redes sociais no fim de semana e a hashtag #TudoPelaAmazônia estava entre os trend topics do Twitter nacional, com protestos da modelo brasileira Gisele Bündchen e dos cantores Caetano Veloso e Anitta, entre outras celebridades.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que já tinha protocolado na Justiça ação popular contra o decreto anterior, avisou que entrará com uma nova ação. Para ele, o novo decreto é um “faz de conta” para manter tudo como está. A ex-senadora Marina Silva (Rede) acusou a medida de favorecimento à grilagem de terras. “A Amazônia foi colocada nas negociatas do presidente com o Congresso. O problema permanece, a reserva continuará extinta.”

Colaborou Natália Lambert

“Foi entendido (...) que estávamos afrouxando as regras contra o desmatamento, que estaríamos abandonando a Amazônia. Isso não corresponde à realidade, pelo contrário”

Sarney Filho Ministro do Meio Ambiente

46,5**mil km²**

É o tamanho da Renca, o
equivalente a área do
Espírito Santo

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Opinião****Autor: Leonardo Meireles****Título: Não dá para ficar calado**

Visão do Correio

Uma das polêmicas da semana veio com a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca). Artistas e famosos fizeram textos e vídeos vigorosos em nome da proteção da Floresta Amazônica. Entidades de defesa do meio ambiente, como a WWF e o Greenpeace, explodiram em mensagens nas redes sociais. Ficou tão feio que o governo recuou e reeditou o decreto. Mas o que mais me chamou a atenção foi uma nota da Presidência da República ainda da semana passada, que suscitou mais dúvidas e medos do que esclareceu. São seis pontos que demonstram a total despreocupação com aquela região, a não ser do ponto de vista econômico.

Os primeiros três pontos afirmam que a reserva extinta não era ambiental, e sim, mineral, e as unidades de conservação federais não serão tocadas, mas as estaduais — “essas sim sujeitas a manejos”, como diz o texto — contarão com proteção socioambiental. Assim, os empreendimentos que impactarem essas áreas terão de cumprir “exigências federais rigorosas para licenciamento específico”.

Os três últimos desacreditam os anteriores. “A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer”, afirma a nota. Não é um paraíso total exatamente pela falta de atenção e proteção por parte do governo — estadual e federal. A região é degradada porque o Estado — o mesmo que promete que daqui por diante será diferente — lavou as mãos para o desmando na Amazônia, do ponto de vista ambiental. Por fim, a nota afirma que o “compromisso do governo é com soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia, sempre conjugando preservação ambiental com geração de renda e emprego para as populações locais”.

Parte da população local é de indígenas. E, então, ficam perguntas: quando mineradoras, nacionais e internacionais, estiveram interessadas em preservação

da natureza e dos povos indígenas? Quantas vezes já não vimos notícias de mortes da população local em conflito com grandes empreendimentos interessados em terras naquela região? Por que há denúncias de que mineradoras canadenses sabiam da extinção da Renca antes da decisão do governo? Não, não é uma polêmica vazia. Mas o pior é saber que, mais uma vez, estamos de mãos atadas e nosso futuro depende das mesmas raposas que tomam as mesmas decisões erradas há décadas no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira e Rodrigo Polito | De Genebra e do Rio

Título: Brasil busca apoio de Pequim para retomar obra de Angra 3

A Eletrobras, sua subsidiária Eletronuclear e a China National Nuclear Corporation (CNNC) assinarão na sexta-feira, em Pequim, um memorando de entendimentos de cooperação do setor nuclear envolvendo Brasil e China, durante visita do presidente Michel Temer.

O documento, o terceiro do tipo a ser firmado pelas empresas, prevê a criação de oportunidades de aprofundamento da cooperação bilateral para uso da energia nuclear para fins pacíficos, com destaque para interesses comuns em estabelecer parceria para conclusão da usina nuclear de Angra 3.

A assinatura do memorando foi antecipada na manhã de ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, e confirmada no fim do dia pela Eletrobras. Pelo lado brasileiro participarão da cerimônia de assinatura o presidente Temer, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, o presidente da Eletronuclear, Bruno Barretto, e o chefe da superintendência internacional da Eletrobras, Pedro Luiz Jatobá.

Enquanto negocia com os chineses a conclusão das obras de Angra 3 e a expansão da energia nuclear no Brasil, a Eletronuclear tem discussões semelhantes com a gigante russa Rosatom e a francesa EDF, com o mesmo propósito.

Segundo um negociador envolvido no assunto, está em discussão a possibilidade de a China colocar recursos financeiros na conclusão de Angra 3. A Eletrobras não mencionou esse ponto na nota enviada ao **Valor**, porém a própria estatal, a Eletronuclear e o governo brasileiro já admitiram que a retomada da terceira usina nuclear do país só virá com dinheiro de um sócio. A conclusão do lado brasileiro é que não há mais recursos para colocar no empreendimento. Estima-se que são necessários mais de R\$ 16 bilhões para concluir o projeto.

Com o novo memorando, a expectativa no mercado é que os chineses estão um passo à frente na disputa pela conclusão de Angra 3. Temer esteve em junho na Rússia e, apesar de ter discutido o assunto com o governo local, voltou ao Brasil sem um acordo.

O principal modelo em estudo pelo governo brasileiro e pela Eletronuclear é criar uma joint-venture, ou uma sociedade de propósito específico, com o novo sócio para concluir as obras de Angra 3. A participação de cada um no projeto será na proporção dos recursos aportados na construção da usina.

O modelo se assemelha ao previsto em memorando assinado pela Petrobras e a China National Petroleum Corporation (CNPC), em julho. Um dos pontos em aberto no documento, no qual ambas as partes se comprometem a avaliar oportunidades em áreas de interesse mútuo, é uma parceria para concluir a construção da refinaria do Comperj.

No caso de Angra 3, a parceria, porém, seria apenas na construção. A operação da usina continuaria apenas nas mãos da Eletronuclear, para não ferir a Constituição.

Pelo lado dos sócios, franceses, russos e chineses olham para além de Angra 3. No entendimento das empresas desses países, o Brasil necessitará de novas usinas nucleares no longo prazo.

Também durante a visita de Temer, o Ministério do Planejamento e o Ministério de Comércio chinês vão assinar um memorando de entendimento para promover investimentos recíprocos. O mecanismo não prevê recursos ou obrigações, mas a expectativa é que estruture o diálogo e facilite a aproximação dos setores privados dos dois países, focando em parte, mas não exclusivamente, na agenda que o Brasil tem apresentado na área de infraestrutura.

Na explicação de um importante negociador, é um guarda-chuva para organizar agendas objetivas, remover barreiras e avançar em projetos específicos.

O mecanismo se somará ao Fundo Brasil-China de US\$ 20 bilhões (US\$ 15 bilhões da China e US\$ 5 bilhões do Brasil). Dois projetos brasileiros já apresentaram carta-consulta às autoridades em Brasília, para se beneficiarem de recursos do fundo. Outros 19 projetos, incluindo chineses, estão em preparação. **(Colaborou Cláudia Schüffner, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt e Andrea Jubé | De Brasília****Título: Temer recua e restringe mineração em reserva ambiental**

Depois de receber duras críticas pela decisão de extinguir a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), o presidente Michel Temer editou novo decreto que traz proibições claras sobre a mineração em áreas de proteção. A atividade ocorrerá apenas onde não houver "sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira".

O governo foi bombardeado por críticas desde a publicação do primeiro decreto na semana passada que tão somente extinguiu a reserva mineral. Ontem, em edição extra do "Diário Oficial da União", o presidente da República admitiu textualmente a "necessidade de melhor explicar o que é a reserva" e "o porquê de sua extinção".

Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, criticou a reação internacional num momento em que fica demonstrado que o desmatamento na Amazônia caiu 21% em um ano, interrompendo a alta dos últimos cinco anos.

O novo decreto proíbe, ainda que haja sobreposição parcial, a pesquisa mineral, a concessão de lavra, o garimpo, o licenciamento e qualquer tipo de exploração. O documento vai além ao definir que poderão ser cancelados títulos já concedidos ou requerimentos que representem alguma ameaça.

A atividade mineral somente poderá ocorrer na Renca se atender ao "interesse público" caracterizado pela correta destinação e o uso sustentável da área, pelo dimensionamento dos impactos ambientais, pelo uso de tecnologia que reduza tais impactos e pela capacidade socioeconômica do explorador de reparar danos ambientais. Será exigida a habilitação técnica para obter os títulos de exploração mineral na Renca.

No novo decreto, o governo proíbe a concessão de títulos a quem tenha participado de exploração ilegal na área. A transferência do título mineral somente será autorizada após dois anos de emissão. O novo titular deverá cumprir todas condições técnicas e jurídicas exigidas inicialmente.

O decreto cria ainda o "Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca" que terá "caráter consultivo" e será ouvido pela Agência Nacional de Mineração antes de expedir a outorga de títulos de direito mineral.

Localizada na fronteira dos Estados do Pará e do Amapá, a reserva foi criada ainda no regime militar, em 1984. A decisão de extingui-la teve repercussão internacional. A polêmica motivou uma postagem da modelo Gisele Bündchen, no Twitter, que criticou a decisão tomada na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Argentina aprova usinas

A Argentina aprovou a construção de duas hidrelétricas financiadas pela China na província de Santa Cruz - contratadas pelo governo Cristina Kirchner. As usinas suprirão 5% da demanda por energia do país e serão construídas pela China Gezhouba Group e o grupo local Electroingeniería.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Cemig abre 'data room'

A Cemig informou ontem que abriu a sala de informações para os interessados na fatia da estatal mineira na Light. Os dados estão disponíveis para que os interessados na distribuidora carioca possam preparar suas propostas não-vinculantes. Em fato relevante divulgado no início da noite, a empresa diz que o "data room" ficará disponível por até 30 dias. Ao todo, a Cemig possui uma participação de 43% na Light -em 12 de julho, a companhia informou que iniciou as reuniões com interessados em comprar sua fatia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Venda da Eletrobras é proposta ufanista e ineficaz, diz Ildo Sauer

Vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente e professor da Universidade de São Paulo (USP), o engenheiro Ildo Sauer, considera "ufanista e ineficaz" a justificativa do governo brasileiro para privatizar a Eletrobras. Ex-diretor da área de gás e energia da Petrobras e crítico das medidas adotadas por Dilma Rousseff,

tanto como ministra de Lula e depois como presidente, para ele a privatização não é a melhor forma de desfazer os impactos da MP 579, de 2012, que segundo ele serviu para destruir "de vez" a Eletrobras.

"O problema não está na Eletrobras ou na Petrobras, mas na forma como essas empresas foram subordinadas a uma cleptocracia política", afirma. Ildo Sauer afirma que o discurso produzido até agora para justificar a transferência do controle da Eletrobras pode ser analisado por três vertentes. E contesta todas.

"A primeira delas é que a privatização vai aumentar a eficiência do setor elétrico. A segunda é que vai diminuir tarifas. Aí vamos discutir, porque aumentar a eficiência é possível, mas baixar tarifa é impossível", afirma. "A segunda é só para quem acredita em conto da carochinha, é uma mentira deslavada", diz se referindo à promessa de redução de preços. "É mentira que vai baixar a tarifa. Elas podem até aumentar, vão dizer que é preciso restaurar a lógica econômica. O curioso é que os Estados Unidos, onde existe realmente um capitalismo atuante, não privatizaram as hidrelétricas. Lá muitas pertencem ao governo".

Sauer se refere à Tennessee Valley Authority (TVA), que controla um parque de geração de fontes hidráulica e térmica (carvão, gás natural e nuclear) que também atua no controle de inundações e que foi criada em 1933, e à Bonneville Power Administration (BPA), entre as medidas tomadas durante o "New Deal" pelo governo de Franklin Delano Roosevelt na década de 30. "Aqui querem privatizar com o rio São Francisco destruído, quando os rios têm uma função muito importante que não é só a de gerar energia", diz.

A terceira vertente do modelo de privatização da Eletrobras, na avaliação de Sauer, tem relação com o que ele identifica como uma necessidade de resolver pontos de conflito de interesses em torno do setor elétrico. Os primeiros envolvem o preço da energia, já que os acionistas querem que a empresa dê o máximo de lucro, enquanto os consumidores querem a menor tarifa. O outro conflito, enumera Sauer, se refere ao direito da população ser compensada pelo uso de uma riqueza hidrológica já amortizada, cuja renda deveria ser revertida para a saúde, educação, meio ambiente, entre outros.

O professor critica o modelo de precificação adotado por Dilma, que embasa as decisões do ONS de acionar térmicas

Em retrospecto, o professor lembra que o governo Sarney "quase quebrou" a Eletrobras, e que nos governos dos ex-presidentes Collor e FHC o objetivo era privatizar, mas que foi Dilma, com quem sempre teve divergências, que fez uma reforma no setor elétrico durante o governo Lula que segundo ele atendeu ao lobby dos grandes consumidores de energia. A conta de Sauer é que mais de

600 empresas compraram energia barata produzida pelas estatais que estavam sem contratos de venda de energia após o racionamento.

A projeção é de que houve uma transferência econômica de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões, entre 2003 e 2010, das estatais para empresas privadas. Segundo Sauer as comercializadoras de energia pagaram preços mais em conta pela energia revendida mais caro. Em artigo publicado em 2015 ele observa que 600 consumidores livres podem ter "economizado" R\$ 2,6 bilhões na compra de 10 mil megawatts médios (MWmed) em 2005.

"O que não está explicitado, mas pode ser inferido, é que essa energia foi comprada pelo PLD [Preço de Liquidação de Diferenças] de cerca de R\$ 18/MWh pelos comercializadores das geradoras descontratadas, majoritariamente estatais, com um ganho para os comercializadores da ordem de R\$ 2,4 bilhões", estimou Sauer em 2005.

O professor calcula uma transferência de valor das geradoras para comercializadores e consumidores livres, de cerca de R\$ 5 bilhões somente em 2005. O professor da USP critica o modelo de precificação da energia implementado por Dilma, que embasa as decisões do Operador Nacional do Sistema (ONS) de acionar termelétricas. Ao planejar errado a oferta e a demanda de energia, Sauer calcula que foram gastos R\$ 111 bilhões pela energia de usinas térmicas.

As termelétricas consomem combustível mais caro (gás ou diesel) e precisam ser acionadas de forma ininterrupta, quando os modelos consideravam a entrada ocasional dessas usinas. "Pior que privatizar foi vender as empresas de graça. Elas ficaram com um preço da energia que não permite nem [uma receita] de operação e manutenção aceitável. O resultado é que Chesf e Furnas se tornaram escravas do sistema energético, obrigadas a trabalhar de graça. Mas um escravo que não ganha nem a comida", afirma Sauer sobre os efeitos da MP 579 para as empresas do grupo Eletrobras.

Ildo Sauer usa palavras fortes para comentar a proposta de privatização. "É uma tentativa de assalto final ao patrimônio público, baseado num recurso natural de uso múltiplo para garantir a vida, por uma cleptocracia e seus patrocinadores", afirma. O professor da USP também não tem expectativa de que uma "golden share" na privatização da Eletrobras possa melhorar o modelo em estudo pelo governo, pois acredita que o instrumento serve para depreciar o valor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Bruno Villas Bôas | Do Rio****Título: Analistas preveem tarifa maior com a privatização**

O fim do sistema de cotas de um grupo de usinas hidrelétricas e a privatização da Eletrobras devem encarecer o preço da energia elétrica ao consumidor no curto prazo, avaliam especialistas consultados pelo **Valor**. O tamanho desse impacto dependerá, porém, do valor de mercado praticado nos contratos de energia.

Segundo João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, a proposta de permitir que a Eletrobras venda a preço de mercado a energia das usinas que operam no "regime de cotas" deve elevar de 2% a 5% a tarifa aos consumidores em 2018. A conta dele considera as cotas a R\$ 105 e o valor da energia de mercado na faixa de R\$ 150 a R\$ 200.

"Se o bônus recebido pelo governo por essa 'descotização' for realmente usado para redução de encargos, o impacto pode ser nulo ou ficar limitado a 3%", disse Mello. "Mas o próprio governo diz que o fim das cotas pode ser feita de forma gradual, o que pode permitir um efeito pequeno ao longo do tempo."

Em outro cálculo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estimou em estudo, há cerca de um mês, alta de até 16,7% nas tarifas de energia com a implementação do modelo de fim das cotas da energia produzida pelas antigas hidrelétricas que renovaram os contratos de concessões no governo da presidente Dilma Rousseff.

Esse sistema de cotas foi criado pela MP 579, de 2012. O modelo prevê que as hidrelétricas já amortizadas, com a concessão próxima de vencer, passariam a receber uma receita para operação e manutenção dos ativos em troca de uma renovação de contrato por 30 anos. A tarifa caiu assim para a faixa de R\$ 30/MWh nos contratos cotizados.

O governo propõe agora que a Eletrobras pague um bônus à União em troca da "descotização" dessas usinas, o que permitiria vender a energia a preço mais alto. Esse bônus seria pago pela estatal com o valor obtido com uma emissão de suas ações, o que reduziria a participação da União na companhia.

Ao comentar a proposta de privatização da Eletrobras, na semana passada, o **ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**, disse que a expectativa era que a medida favorecesse uma tarifa mais barata, resultado da

"eficiência e redução do custo" no médio prazo. Os cálculos do setor mostram, porém, um cenário diferente do apresentado pelo governo.

A diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CERI), Joisa Dutra, reforça que a queda de preços da energia com a medida seria uma "impossibilidade concreta". Ela lembra que a MP 579 previu o valor "mais baixo possível" para a contratação de energia. "Qualquer outro valor tem que ser maior do que isso", acrescenta a especialista da FGV.

Lucas Rodrigues, analista da Safira Energia, concorda que o modelo vai encarecer o preço da energia. Segundo ele, porém, a mudança permitira gerar, no médio e longo prazos, um preço "estável e condizente" com a lógica do mercado. Na verdade, ele diz, o aumento dos preços será uma volta ao "normal" do setor, anos após a edição da MP 579.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Márcio Anaya | Do Rio e São Paulo

Título: Leilão de descontratação alcançou 183 MW médios

Um total de 25 empreendimentos, sendo 16 de fonte eólica e nove de energia solar fotovoltaica, negociaram a descontratação de um volume de 183,2 megawatts (MW) médios no primeiro leilão de descontratação de energia do país. Realizado ontem pela Câmara de Comercialização e Energia Elétrica (CCEE), o certame durou mais de oito horas. O valor de prêmio de descontratação pago pelos empreendedores donos dos projetos cuja construção não foi iniciada totalizou R\$ 105,9 milhões.

Esse montante será destinado ao ressarcimento da Conta de Energia de Reserva (Coner), encargo cobrado nas tarifas de energia para remunerar projetos de energia de reserva do sistema.

O prêmio inicial do leilão foi de R\$ 33,68 por megawatt-hora (MWh) para todas as fontes. O valor teve ágio de 116% nos projetos eólicos (R\$ 72,74 o MWh) e de 49% nos projetos solares fotovoltaicos (R\$ 50,27 por MWh).

Além do prêmio pago, os participantes que descontrataram energia ficam impedidos de participar dos dois próximos leilões de energia de reserva.

Não houve descontratação de projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais de geração hidrelétrica (CGHs).

Um dos destaques do leilão foi a Renova Energia, que efetuou a desconstrução de quatro parques de energia solar, que somavam 99,75 MW de capacidade e 21,8 MW médios de garantia física. A companhia pagou prêmio de R\$ 7,9 milhões pela desconstrução dos empreendimentos.

Segundo uma fonte do setor, o resultado surpreendeu pelo número baixo de projetos que negociaram a desconstrução. Ao todo 198 empreendimentos estavam autorizados a participar do leilão e apenas 25 fecharam negócio. Os outros 173 projetos que não tiveram as obras iniciadas estarão sujeitos às penalidades cobradas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), comparativamente maiores do que o prêmio a ser pago por quem topou desconstruir no leilão de ontem.

Com o leilão, a intenção do governo é melhorar a qualidade do balanço entre oferta e demanda de energia no futuro.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, o leilão foi um instrumento de ajuste eficaz. Segundo ele, o modelo livra o empreendedor de penalidades severas da Aneel de possíveis ações judiciais ao pagar uma pequena "multa" por desconstruir o projeto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Josephine Mason e Meng Meng | Reuters, de Pequim

Título: Fusão entre chinesas deve criar a maior elétrica do mundo

O China Shenhua Group, principal produtor de carvão do país asiático, assumirá o controle do China Guodian Group, que figura entre os cinco principais geradores de energia daquele país. O acordo em fase final de negociação deverá criar a maior empresa de energia elétrica do mundo, no valor estimado de US\$ 278 bilhões.

As empresas estavam em negociações sobre a fusão há vários meses, já que Pequim pretende reformular seu endividado e ineficiente setor estatal, além de criar empresas competitivas mundialmente em segmentos como geração de energia, transporte e metais.

O acordo Guodian-Shenhua foi anunciado ontem pela Comissão de Supervisão e Administração de Ativos (SASAC, na sigla em inglês), em uma declaração de apenas uma linha, sem divulgar outros detalhes.

Em um comunicado divulgado também ontem, a unidade listada Shenhua China Shenhua Energy comentou que sua matriz, o China Shenhua Group, irá absorver o Guodian como parte do acordo, com a empresa resultante dessa fusão chamando-se National Energy Group.

A companhia combinada terá uma capacidade instalada para produzir mais de 225 gigawatts (GW). Essa nova empresa vai ultrapassar as europeias EDF e a Enel e figurando como a maior elétrica do mundo por capacidade, segundo o consultor do Wood Mackenzie para Energia e Renováveis na Ásia-Pacífico ouvido pela Reuters, Frank Yu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras põe ativos em terra à venda

A Petrobras divulgou ontem a intenção de vender três polos de produção terrestre, nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte. A divulgação da oportunidade de venda ('teasers') dos polos de Riacho da Forquilha (Bacia Potiguar), Miranga e Buracica (Bacia do Recôncavo) marca a retomada da venda de ativos dos campos onshore.

No ano passado, a companhia já havia lançado no mercado o "Projeto Topázio" - conjunto de dez campos terrestres colocados à venda em 2016, mas que teve seu processo suspenso depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a revisão da sistemática de venda de ativos da petroleira. Agora, a estatal retoma parcialmente a alienação, ao colocar à venda 50 das 104 concessões incluídas originalmente no Topázio.

A Petrobras tem hoje 80 campos em fase de desinvestimentos, o que representa pelo menos 4% de toda a produção da estatal no país. Ao todo, 83 mil barris diários de petróleo podem ser subtraídos da curva de produção da companhia, se os processos em andamento forem concluídos com sucesso.

O número inclui a produção da empresa nos três polos de produção terrestres, nas 30 concessões em águas rasas colocadas à venda recentemente pela companhia e também a fatia de 35% da estatal no campo de Lapa, no pré-sal da Bacia de Santos, que foi vendida para a Total. Anunciada no fim do ano passado, a operação ainda depende da autorização dos órgãos competentes para ser concluída.

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip) considerou positivo o lançamento do alerta de venda dos campos "onshore",

mas entende que o melhor caminho para a venda dessas áreas seria por meio de um processo coordenado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

"A Abpip e seus associados acreditam que o processo de venda de ativos terrestres da Petrobras deveria ser feito pela ANP", afirmou o presidente da associação, Marcelo Magalhães, ao **Valor**. "A Petrobras poderia fazer algum tipo de acordo ou processo legal, se manifestando para a ANP. Ela transferiria o processo para ANP e depois a agência repassaria os recursos para a Petrobras", completou.

Segundo Magalhães, há três razões para propor a venda dos ativos terrestres da Petrobras pela ANP. O primeiro são as incertezas jurídicas relativas ao processo anterior de venda desses campos pela petroleira, o "Projeto Topázio", que acabou interrompido antes do fim por ações movidas pelo Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) na Justiça Federal de Sergipe.

"Há uma chance de esse processo de venda [anunciado hoje] não prosperar mais uma vez. Ficamos frustrados de ver o processo voltar à estaca zero. E vemos margem grande de erro de não dar certo novamente", explicou Magalhães, acrescentando que os argumentos que sustentaram liminares contra o "Projeto Topázio" ainda existem.

O segundo motivo, destacou Magalhães, é que a Petrobras não dará prioridade para a venda dos campos onshore. Ele acredita que a estatal vai concentrar seus esforços nos desinvestimentos de grande porte, como a oferta de ações da BR Distribuidora. "[A venda dos campos terrestres] certamente não é a prioridade do grupo de desinvestimentos da Petrobras."

O último motivo, o mais importante na avaliação do executivo, é que, ao ser feito o processo de venda pela ANP, a autarquia poderia possibilitar a renovação do contrato de concessão dessas áreas, com um novo compromisso de investimento nos campos, o que geraria mais retorno sócio-econômico para as regiões onde estão localizados. Magalhães lembra que a maioria dos campos terrestres que a Petrobras planeja vender tem contrato de concessão vencendo em 2025.

"Ao acordar a venda do ativo, a ANP pode fazer com que já tenha a renovação da concessão, com compromissos de investimentos pelo novo concessionário", afirmou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Para estruturar o IPO, estatal indica diretor financeiro para a BR**

Dias depois de anunciar uma reestruturação societária e um aporte de capital de R\$ 6,3 bilhões na BR Distribuidora, a Petrobras deu mais um passo em direção à abertura de capital da distribuidora. Ontem, a estatal anunciou a eleição de Rafael Grisolia como novo diretor financeiro da subsidiária.

Com mandato até julho de 2019, o executivo assume o cargo com a missão de preparar a BR para o processo de IPO (oferta pública de ações, na sigla em inglês).

Grisolia foi indicado pela consultoria de recrutamento Korn Ferry. O **Valor** apurou que a contratação foi acompanhada de perto pelo diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, que tinha pressa em definir um nome para tocar o processo de IPO.

O cargo de diretor financeiro na BR estava vago desde a saída de Carlos Alberto Tassarollo, que não teve o seu mandato renovado. A área vinha sendo ocupada interinamente pelo presidente Ivan Sá.

Segundo duas fontes consultadas pelo **Valor**, durante o processo de recrutamento, pesaram a favor de Grisolia sua experiência tanto no mercado de combustíveis como na estruturação de operações de IPO.

Grisolia tem, ao todo, 20 anos de experiência no setor de combustíveis, onde atuou até 2009, com passagens pelas áreas financeiras da Esso e Cosan Combustíveis e Lubrificantes (Moove). Desde 2013, vinha atuando como diretor financeiro da Inbrands, empresa do setor de modas. Durante sua gestão, a companhia se preparou para um IPO em 2015, mas acabou desistindo da operação.

O executivo é engenheiro de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem MBA pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ (Coppead). Ele já foi também diretor financeiro do Grupo Trigo (empresa do segmento de varejo alimentício, dona das marcas Spoleto, Koni e Domino's Pizza) e diretor de relações com investidores da Cremer, fabricante de itens hospitalares e de higiene pessoal.

Segundo a Petrobras, a indicação foi objeto de análise prévia pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão do conselho de administração da petroleira.

Na sexta-feira, a Petrobras já havia anunciado uma reestruturação da BR. O objetivo era "limpar" o balanço da distribuidora, a partir da transferência de R\$ 6 bilhões em recebíveis da Eletrobras para uma nova subsidiária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: Parecer do Cade veta venda da Liquigás para o Ultra

A Superintendência Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovou a compra da Liquigás pelo grupo Ultra. O parecer foi divulgado ontem e será publicado no "Diário Oficial da União" (DOU) de hoje. As empresas atuam no setor de distribuição de GLP.

"A operação geraria sobreposições elevadas na maioria dos Estados analisados, tanto no mercado de GLP envasado quanto no segmento a granel, e resultaria em monopólio das requerentes no mercado de distribuição de GLP propelente", disse o Cade em nota.

A SG "alerta que, considerando o mercado de distribuição de GLP numa perspectiva nacional, trata-se da fusão entre as duas principais distribuidoras de um insumo essencial". Ela acrescentou que "a operação significaria a eliminação de um concorrente relevante em um mercado onde as quatro maiores empresas respondem por mais de 85% de toda a oferta".

Agora, o caso segue para análise do plenário da autoridade antitruste. Um relator será sorteado para que as análises comecem oficialmente na segunda instância do Cade. A palavra final sobre o caso na esfera administrativa cabe aos sete conselheiros do órgão. Caso a operação venha a ser reprovada, será a terceira grande operação barrada neste ano pelo Cade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Vendas de etanol deverão crescer até o fim da safra

Após um longo período de retração do mercado de etanol, começaram a surgir sinais de recuperação das vendas no país. Na primeira quinzena de agosto, as

usinas do Centro-Sul venderam às distribuidoras 14% mais etanol hidratado ante a quinzena anterior, ou 644,28 milhões de litros, e os analistas já começam a projetar uma reação da demanda nos postos para algo em torno de 1,3 bilhão de litros por mês.

Os dados quinzenais foram divulgados ontem pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Na comparação com o mesmo período do ano passado, contudo, o volume ainda é 10% menor.

O aumento das vendas sobre a segunda quinzena de julho veio da esteira da mudança de alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis, que onerou mais a gasolina.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, pondera que é cedo para afirmar que esse aumento reflita a nova tributação ou estimule uma eventual troca da gasolina pelo etanol nas bombas, já que há outros fatores na mesa, como uma eventual falta de produto no estoque das distribuidoras ou um aumento da demanda por combustíveis em geral no país.

Leonardo Gadotti, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom), concorda que é cedo para fazer essa avaliação, e ressalta que a demanda total por combustíveis é mais ligada ao poder aquisitivo - algo que ainda não reagiu com vigor.

Para um trader que preferiu não se identificar, a notícia do aumento do imposto sobre a gasolina pode ter levado os consumidores a reavaliar suas preferências, já que a sensibilidade aos preços cresce em tempos de desemprego elevado. Um aumento de R\$ 0,40 por litro no preço da gasolina pode significar R\$ 20 ou R\$ 30 a mais por tanque, dependendo do carro, afirma.

De fato, nas últimas semanas a correlação entre os preços de etanol e gasolina não mudou muito. Em São Paulo, principal Estado consumidor, os preços do etanol têm se mantido em 68% do valor da gasolina desde a alteração tributária - 2 pontos a mais que na semana anterior à mudança.

Mesmo em termos absolutos a alteração foi pouco expressiva. Na última semana, o litro do etanol vendido nos postos paulistas estava R\$ 1,151 mais barato do que a gasolina - 6 centavos a mais que na semana da alteração tributária.

E foi apenas na última semana, encerrada dia 26, que o etanol voltou a ficar mais vantajoso (abaixo de 70% do valor da gasolina) em Minas Gerais e Goiás, além de São Paulo e Mato Grosso.

Julio Borges, da consultoria JOB Economia, acredita que "isso é um bom sinal para retomada da demanda", atesta. Ele avalia que os preços do etanol ainda terão que cair mais para turbinar a demanda, para algo entre 66% e 67% da gasolina em São Paulo. "Mas, na semana passada, percebemos que as compras de etanol pelas distribuidoras já estavam mais animadas."

Para os analistas, a tendência é que o mercado de etanol recupere espaço nos próximos meses.

Padua acredita que a demanda por etanol nas bombas possa ir a 1,2 bilhão de litros a 1,3 bilhão de litros mensais até o fim da moagem de cana, acima dos 1,04 bilhão de litros vendidos em junho, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Já João Paulo Botelho, analista da consultoria FCStone, aposta em uma reação mais defasada por parte da demanda vê um consumo de etanol alcançando 1,35 bilhão de litros por mês entre outubro e dezembro. "Embora em dezembro a paridade seja pior, costuma ter um consumo maior por causa das viagens de fim de ano", afirma ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé, Bruno Peres e Cristiane Bonfanti | De Brasília

Título: Pela normalidade, Padilha promete fazer de tudo

Na véspera da viagem à China, que o afastará por nove dias do país, o presidente Michel Temer pediu aos ministros que façam um corpo a corpo com os parlamentares para garantir a aprovação da revisão da meta fiscal até amanhã. Temer também cobrou relatórios detalhados sobre as ações de cada ministro à frente de suas pastas nos 15 meses de gestão. Diante da iminente segunda denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o governo prepara uma ofensiva de publicidade para contrapor as realizações de Temer às acusações do Ministério Público. A estratégia é descolar as conquistas econômicas das denúncias.

Temer cumprimentou os ministros um a um e foi logo questionando os problemas de cada pasta. Interrompeu a reunião para destacar os ministros de **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho** - que integra a comitiva para a China -, e do Meio Ambiente, Sarney Filho, para uma coletiva tentando esclarecer pontos do decreto que extinguiu a reserva mineral do cobre na Amazônia. A repercussão internacional da polêmica obrigou o governo a editar um segundo decreto detalhando pontos da medida.

Na coletiva convocada no fim da reunião, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, esquivou-se das perguntas sobre a segunda denúncia contra Temer em gestação na Procuradoria-Geral da República, ressaltando que os índices econômicos continuam fortes. Coube ao chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmar que a atividade econômica tem se descolado do cenário político, andando com as próprias pernas.

"Nós na política deveremos dar tratamento para o caso [a segunda denúncia] se ele merecer, se vier", disse Padilha. "Estamos com plena normalidade na atividade política, vamos fazer de tudo para manter essa normalidade", completou.

"Fazer de tudo", nos bastidores, implica a redistribuição de cargos de segundo e terceiro escalão para acalmar deputados que se sentem não atendidos depois de votarem contra o prosseguimento da primeira denúncia. Há uma relação de mais de 100 cargos a serem retirados de parlamentares infiéis e aguardando indicações dos leais. A insatisfação é generalizada na base, e vai do PMDB, partido de Temer, até as siglas do Centrão (PP, PR, PTB, PRB, SD).

"A realidade dos fatos está nos levando a ter mais confiança. Se vier nova denúncia, estaremos preparados para politicamente e juridicamente enfrentá-la", reforçou Padilha. "A economia está descolada [da política]", salientou.

A maior preocupação de Temer é aprovar o novo déficit fiscal de 2018, elevado para R\$ 159 bilhões, até quarta-feira. Outro foco é a votação da medida provisória de criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) no Senado na quarta-feira.

A revisão da meta tem de ser aprovada até quarta-feira, porque no dia 31 de agosto a lei orçamentária de 2018 tem de ser enviada ao Congresso. Mas há empecilhos pela frente: a pauta do Congresso está trancada por 16 vetos presidenciais. Na última quinta-feira, o presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), teve que suspender a sessão conjunta por falta de quorum.

MME / ASCOM .